



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ELIANE GOMES DOS SANTOS**

**AUTONOMIA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL:**  
análise do debate sobre a autonomia profissional dos/as assistentes sociais

São Cristóvão/SE  
Janeiro de 2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ELIANE GOMES DOS SANTOS**

**AUTONOMIA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL:**  
análise do debate sobre a autonomia profissional dos/as assistentes sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Josiane Soares Santos

São Cristóvão/SE  
Janeiro de 2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ELIANE GOMES DOS SANTOS**

**AUTONOMIA PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL:**  
análise do debate sobre a autonomia profissional dos/as assistentes sociais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Sob a orientação da: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josiane Soares Santos

DATA DA APROVAÇÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josiane Soares Santos (Orientadora). Departamento de Serviço Social/Universidade Federal da Sergipe.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Núbia Santos (Examinadora 01). Departamento de Serviço Social/Universidade Federal da Sergipe.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves (Examinadora 02)  
Departamento de Serviço Social/Universidade Federal da Sergipe

## AGRADECIMENTO

A caminhada não é fácil, pois necessita de muita dedicação e renúncia. Muitas das vezes desistir parece ser a solução, porém Deus é tão maravilhoso que nos dá força e nos ergue quando fraquejamos, sem contar os anjos em forma de gente que encontramos durante a caminhada e que a tornam menos árdua. Enfim, agradeço grandemente a Deus por tudo e, principalmente, pelo dom da vida.

Um muito obrigado à minha mãe Maria Gomes, pelo amor e dedicação “à sua maneira”, pelo seus esforços e sacrifícios que fez e faz por mim e meus irmãos. É pela senhora que luto para ser uma pessoa melhor e fazer valer os seus esforços. TE AMO!! Agradeço aos meus irmãos (ãs) Luciana, Marileide, Antônio Carlos, Alessandro, Messias e Edilson, pelo apoio moral e financeiro. É sempre bom ter com quem contar, seja nos momentos bons ou ruins. Meu muito obrigado aos meus sobrinhos Brenno, pelas diversas vezes que digitou meus trabalhos; e ao pequenino Felype.

Agradeço também aos meus amigos de toda uma vida, Danny, Adeilde, Gleicemare, Joandson e Aninha, a minha afilhada Isa, por compreenderem a minha ausência em alguns momentos durante esse percurso e pelo incentivo. Não posso esquecer de agradecer aos meus amigos UFS: Tamires, Neto, Jessyca, Juliete e Erika, pelas risadas e choros e pelo apoio que demos uns aos outros durante esses anos. Quero que nossa amizade ultrapasse as barreiras da UFS.

Quero deixar meu muito obrigado a todos os professores que tive durante essa jornada acadêmica, em especial a Vera Nubia pela oportunidade de participar do PIBIC.

Agradeço aos meus colegas de trabalho pelo incentivo e a todos que direta e indiretamente contribuíram para esse processo de formação.

Por fim, mas não menos importante (e não mesmo) agradeço à minha orientadora Josi, por toda dedicação, comprometimento, paciência, sinceridade e contribuição no processo de construção. Você, sem sombra de dúvida, foi um elemento ímpar nesse processo. És um exemplo de profissional e se eu já te admirava, depois desse período minha admiração só aumentou. VOCÊ É TOP! Meu muitíssimo obrigadooooo!!

“Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas que, até o momento, só se sustenta por uma teimosa esperança”. (Mészáros)

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o debate sobre a autonomia profissional dos assistentes sociais no Brasil. Partimos do pressuposto que a autonomia profissional é relativa na medida em que o profissional não detém, domínio de todos os elementos do processo de trabalho no qual se insere. Estando presente como assalariado no mundo do trabalho sofre com as alterações ocorridas no modo de produção capitalista em função de sua crise atual. Foram debatidos a natureza e os fundamentos do Serviço Social e a crise capitalista e seus desdobramentos para a profissão. Tivemos como resultados que o debate teórico sobre a autonomia profissional reconhece limitações de diversas ordens para a sua efetivação. Apontamos, apesar disso, a possibilidade de ampliação das margens de autonomia através da pesquisa, da capacitação continuada e da luta de classes.

Palavras-chave: Serviço Social; autonomia profissional; crise capitalista

## ABSTRACT

The present research aims to analyze the debate on the professional autonomy of social workers in Brazil. We assume that professional autonomy is relative to the extent that the professional does not have control of all the elements of the work process in which. Being present as a wage earner in the world of labor suffers from the changes that have occurred in the capitalist mode of production as a function of its present crisis. Foram debatidos a natureza e os fundamentos do Serviço Social e a crise capitalista e seus desdobramentos para a profissão. Tivemos como resultados que o debate teórico sobre a autonomia profissional reconhece limitações de diversas ordens para a sua efetivação. We nevertheless point out the possibility of expanding the margins of autonomy through research, continuous training and class struggle.

Keywords: Social Service; Professional autonomy; Capitalist crisis

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBAS - CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS  
CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL  
CRESS – CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL  
PDRE - PLANO DIRETOR DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO  
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL  
BM – BANCO MUNDIAL  
ONG's - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS  
OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO  
EAD – ENSINO A DISTÂNCIA  
PIBIC - PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1: SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS, NATUREZA DA PROFISSÃO E O DEBATE CONCEITUAL DA AUTONOMIA PROFISSIONAL NO INTERIOR DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 - A renovação profissional e a afirmação de novas bases de legitimidade: projeto ético-político e autonomia profissional.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2.1 Concepções de autonomia profissional no Serviço Social presentes na bibliografia pesquisada.....</b>	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 2: CRISE CAPITALISTA RECENTE, RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E ALGUMAS CONDICIONALIDADES DA AUTONOMIA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL .....</b>	<b>32</b>
<b>2.1- Notas sobre a crise capitalista e suas alternativas de reestruturação da economia e do Estado.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2- As relações entre crise e os problemas relativos à autonomia profissional dos assistentes sociais presentes na bibliografia pesquisada.....</b>	<b>44</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A gênese do Serviço Social no Brasil remonta aos anos 1930 como uma das profissões que operacionaliza respostas para as expressões da questão social. No princípio da profissão os assistentes sociais mantiveram uma postura conservadora e o exercício profissional tinha como objetivo adequar os indivíduos ao sistema capitalista, sem questionar a realidade. Foi assim até 1960 quando se inicia um tímido processo de rompimento com o conservadorismo no contexto latino americano, que fora interrompido pelas ditaduras militares em diferentes países, incluindo-se o Brasil, a partir de 1964. Em 1972 com o método Belo Horizonte (método BH), documento que “[...] foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo (NETTO, 2011, p. 276)”, temos a primeira expressão de ruptura com o serviço social tradicional, sendo interrompida no ano de 1975. É retomada pelos profissionais no ano de 1979, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) assumindo, nesse momento, o compromisso em defesa da classe trabalhadora. É importante, no entanto, frisar que essa não é uma postura homogênea, mas sim hegemônica no interior da categoria profissional.

Esse processo ocorre já no contexto das transformações que marcam o esgotamento do modelo de acumulação Taylorista/Fordista (rígido), para iniciar a chamada acumulação flexível, caracterizada pela segmentação, descentralização, precarização e horizontalidade dos serviços.

De acordo com Monteiro; Coelho; Silva (2005, p.3), a transição do fordismo (rígido) à acumulação flexível não significou apenas uma mudança no paradigma de produção e acumulação do capital. Tal processo demarca o que podemos denominar de reestruturação do processo produtivo, que surge como uma alternativa de superação da crise do capital trazendo graves consequências à classe trabalhadora. Sendo assim,

As transformações do capitalismo global, que culminaram no processo de reestruturação do capital, caracterizado pela introdução de novas tecnologias na produção, e pela precarização das relações de trabalho, intensificam a substituição de trabalho vivo por trabalho morto e desencadearam o desemprego estrutural. (CEOLIN 2014, p.250).

Além disso, é notória a alteração das relações entre Estado e sociedade tendo aquele investindo cada vez mais para o desenvolvimento do capital e reduzindo os

recursos das políticas públicas – o que reflete nas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais. (CEOLIN, 2014).

Essas modificações repercutem no exercício profissional do assistente social, uma vez que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2009), como trabalhador assalariado. É um profissional que tem seu trabalho pautado na disputa de interesses entre a classe burguesa e a classe trabalhadora e não obstante seu compromisso ético-político com esta última, por sua condição de assalariado, também tem que atender as demandas da instituição para a qual presta serviço. Por isso a atuação profissional atende necessariamente aos interesses das duas classes fundamentais do capitalismo.

As transformações da sociedade capitalista têm influenciado no exercício profissional dos assistentes sociais. A falta de recursos para as políticas públicas, por exemplo, faz com que o profissional tenha, muitas vezes, que selecionar (adotando critério mínimo) os usuários que vão ter acesso aos serviços e direitos que demandam. O cotidiano e as precárias condições de trabalho e assalariamento também aparecem como dilemas para a profissão, uma vez que se exigem respostas imediatas para as demandas dos usuários, dificultando que o assistente social faça uma leitura ampla da realidade, o que, por sua vez, compromete a efetivação da autonomia profissional e a qualidade das respostas que o profissional em seu cotidiano dá às demandas dos usuários.

Por isso se faz necessária uma reflexão sobre essas transformações ocorridas no mundo do trabalho (flexibilização/ precarização) e suas implicações para o exercício profissional no que se refere à autonomia profissional.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o debate sobre autonomia no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil. Para isso foram adotados os seguintes objetivos: 1) discutir conceitualmente a autonomia no interior do projeto ético-político profissional; 2) sinalizar os elementos da conjuntura atual apontados como agravantes e/ou determinantes dos problemas relativos à autonomia profissional dos assistentes sociais no Brasil.

Temos como hipóteses: 1) que o debate conceitual sobre autonomia no interior do projeto ético-político profissional a conceitua enquanto uma autonomia relativa em função das formas de sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho capitalista e das contradições postas pela luta de classe; 2) que os problemas mais presentes no debate teórico sobre a autonomia no Serviço Social brasileiro estão relacionados às interferências na condução técnica e ética do exercício profissional agravados e/ou determinados pelas precárias condições de trabalho e de contratação.

O interesse pela temática da “autonomia profissional” surgiu depois da inserção como voluntária, na pesquisa intitulada “Condições do Trabalho, competência e autonomia profissional em Serviço Social”, integrante do Programa de Iniciação Científica (PIBIC).

O tema se torna pertinente na medida que se propõe a identificar na produção teórica existente os desafios encontrados pelos assistentes sociais para efetivação da autonomia profissional. Também foi possível apreender os impactos das transformações do modo de produção capitalista para a profissão do Serviço Social fornecendo elementos para provocar novas discussões, contribuir para a produção de conhecimento e de base para novas pesquisas.

Considerando os objetivos propostos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, pois permite ao pesquisador uma familiaridade e uma visão geral acerca do tema pesquisado. Quanto à natureza dos dados classificou-se como qualitativa, pois de acordo com Minayo (2001, p.21) a pesquisa qualitativa,

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esses dados qualitativos foram buscados em fontes bibliográficas, especialmente nos bancos de dados *online* como Scielo, Google Acadêmico e de dissertações da CAPES. Os textos foram selecionados através dos títulos que tinham relação com as palavras-chave: *autonomia profissional, Serviço Social e/ou assistente social*. Foram encontrados oito textos, sendo cinco monografias e três artigos. Desse modo, foi possível o conhecimento prévio do que já foi estudado até o momento sobre autonomia profissional e Serviço Social. Segundo Gil, esse tipo de pesquisa “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que poderia pesquisa diretamente” (2002, p.45).

A coleta dos dados foi realizada através de fichamentos orientados buscando responder aos objetivos específicos. Em seguida foram categorizados de acordo com as respostas encontradas nos textos relacionadas aos objetivos da pesquisa e às hipóteses levantadas.

Para a análise dos dados adotamos a perspectiva metodológica histórico-dialética para assim compreender o debate feito pelos autores sobre autonomia profissional dos assistentes sociais no Brasil na atual conjuntura considerando o processo sócio histórico da sociedade. Segundo Gil (2002, p.14),

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

No primeiro capítulo, *Serviço Social: fundamentos, natureza da profissão e o debate conceitual da autonomia profissional no interior do projeto ético político*, a discussão é feita a partir da gênese do Serviço Social atrelada ao surgimento da questão social e às transformações ocorridas no interior da profissão. Em seguida abordamos os conceitos sobre autonomia *utilizados nos textos*.

No segundo capítulo, *crise capitalista recente, reconfiguração do Estado e algumas condicionalidades da autonomia profissional dos assistentes sociais no Brasil*, abordamos a crise recente do capitalismo e as medidas adotadas pelo capital para superá-la, afim de demonstrar seu reflexo na atuação profissional dos assistentes sociais no que se refere à autonomia profissional.

Por fim, nas *Considerações finais*, destacamos a importância do rompimento com conservadorismo profissional, a necessidade do profissional manter uma qualificação continuada, como também a luta coletiva como possibilidade de alargamento da autonomia profissional.

## **Capítulo 1**

### **Serviço Social: fundamentos, natureza da profissão e o debate conceitual da autonomia profissional no interior do projeto ético político**

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho, atrelada às transformações ocorridas no modo de produção capitalista, em que os indivíduos passam a ter sua produção e reprodução social mediatizada por uma relação de exploração do trabalho. Trabalhadores vendem a sua força de trabalho para os capitalistas, sendo que “a função específica do capital é a produção de um sobrevalor ou de um valor maior que aquele adiantado no início do ciclo produtivo. Este sobrevalor ou mais-valia é o fim e o resultado do processo capitalista de produção”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.42 e 43). Sobre a exploração Iamamoto e Carvalho (2014, p.73) enfatizam que:

A exploração se expressa tanto nas condições de saúde, de habitação, como degradação moral e intelectual do trabalhador; o tempo livre do trabalhador é cada vez menor, sendo absorvido pelo capital nas horas extras de trabalho, no trabalho noturno que desorganiza a vida familiar. O período da infância se reduz pelo ingresso precoce de menores na atividade produtiva. As mulheres tornam-se trabalhadoras produtivas. Crescem, junto com a expansão dos equipamentos e máquinas modernas os acidentes de trabalho, as vítimas da indústria. O processo de industrialização, ao atingir todo o cotidiano do operário, transforma-o num cotidiano de sofrimento, de luta pela sobrevivência.

Neste sistema de acumulação é notória a busca incessante pelo aumento do lucro e autovalorização que se realiza pela exploração do trabalho, em que a produção da riqueza é coletiva, mas a sua apropriação é privada e desigual. “Com o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, sob a égide do capital, [...] as forças produtivas do trabalho coletivo são apropriadas pelo capital, enfrentando o trabalhador como elementos que o subjagam” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 21).

É com o sistema capitalista que emergem as condições necessárias para o aparecimento da questão social que está absolutamente articulada ao amplo desenvolvimento das forças produtivas, com a expansão industrial, responsável pelas modificações nos processos e as relações de produção. Tais “[...] relações se estabelecem, portanto, em condições históricas determinadas, nas quais os elementos da produção articulam-se de forma específica”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36). Neste caso, a inserção das máquinas no interior das fábricas ditou uma nova dinâmica no processo de produção: o trabalhador não participa mais de todo o processo da produção,

pois o mesmo é fragmentado intensificando a alienação do trabalho e ditando também o seu ritmo. Este movimento necessariamente poupador de mão-de-obra, provocou um acréscimo de trabalhadores desempregados, gerando o exército industrial de reserva e precarizando ainda mais o trabalho, uma vez que os salários se tornaram cada vez mais baixos e a jornada de trabalho cada vez mais alta.

A questão social surge por volta de 1830, consequência da Revolução Industrial que aconteceu na Inglaterra. Como já mencionado, a Revolução Industrial gerou grandes transformações no modo de produção, pois a inserção das máquinas nas fábricas, mudou o modo do homem produzir e relacionar-se. No modo de produção anterior ao capitalismo, os trabalhadores produziam no núcleo familiar, de maneira artesanal e manufaturada e sob o capitalismo o trabalhador realiza suas atividades dentro das fábricas, na condição de trabalhador assalariado.

Com o processo de industrialização e a expansão do capitalismo, os trabalhadores rurais foram os mais atingidos. Retirados de suas terras viram-se obrigados a saírem do campo em busca de meios de sobrevivência na cidade (êxodo rural). Nos centros urbanos os ex-camponeses passaram a viver em péssimas condições, tendo que enfrentar problemas como falta de moradia, desemprego, saúde, fome, violência, entre outros. A partir desse momento passa a se falar em uma pobreza (pauperismo) que cresce na mesma proporção que a riqueza. A [...] “reprodução da relação social é também uma reprodução dos antagonismos de classe que tendem a se aprofundar. A acumulação da miséria é proporcional à acumulação do capital”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 69). Destaca Netto (1996, p.153) que:

Tanto mais a sociedade se revela capaz de progressivamente produzir mais bem e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente.

Diante dessa pauperização, e inconformados com as suas condições de vida, os trabalhadores aos poucos começam a organizar-se coletivamente por meio de sindicatos e partidos, para juntos lutar por melhores condições de trabalho e políticas sociais. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p.73),

Esta luta pela sobrevivência se expressa também em confrontos com o capital, na busca de reduzir o processo de exploração, com vitórias

parciais, mas significativas da classe trabalhadora, como jornada de oito horas de trabalho, a legislação trabalhista, o sindicalismo livre e etc.

Segundo Santos (2012), antes mesmo dessas conquistas os trabalhadores já lutavam por melhores condições de vida, porém não possuíam consciência de classe, tendo em vista que não relacionavam os problemas enfrentados como consequência da sociedade capitalista, e sim da tecnologia/máquinas, que “retiravam” os empregos dos homens. Destaca-se nesta fase inicial, por exemplo, o movimento ludita de destruição de máquinas, ocorrido no século XIX.

A luta sindical de caráter classista foi combinada com a defesa da democracia política nas instâncias legislativas através do movimento, ocorrido na Inglaterra, em favor da “Carta do Povo”. O “cartismo”, nome pelo qual ficou conhecido este movimento, ocorreu entre 1839 e 1847, realizando inúmeras manifestações de massa – entre as quais uma das mais importantes foi a greve geral de 1842 – e o recolhimento de mais de três milhões de assinaturas de apoio à Carta do Povo. (SANTOS, 2012. p. 40)

Neste movimento a classe trabalhadora além de requerer melhores condições de trabalho, também reivindicava a participação dos homens nas eleições. Santos (2012, p.38) destaca que

[...] nessa direção, a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora [...] foram gestando um dos genuínos “produtos” da terceira década do século XIX: a consciência de classe, que culminaria no movimento revolucionário de 1848. Embora não se possa generalizar ou uniformizar os níveis desse fenômeno entre países da Europa ocidental é um fato que as mudanças nas formas de resistência dos trabalhadores expressa, em boa medida, o trânsito da chamada por Marx (1976) de “classe em si” a “classe para si”. Isso significa a passagem do que eram as primeiras percepções do proletariado, reconhecendo-se como tal em sua condição econômica, ao reconhecimento da necessidade política do seu protagonismo, como classe, no enfrentamento daquelas condições.

O capitalismo em sua fase monopolista surgiu no final do século XIX e início do século XX. As condições de exploração em que a classe trabalhadora encontrava-se submetida dentro das fábricas, foram fatores determinantes para consolidar a sua expansão.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade históricas, [...] (NETTO, 1996, p. 19)

Podemos dizer que essa fase do desenvolvimento capitalista está presente até os dias atuais, e representa o domínio absoluto dos mercados, em busca incessante pela valorização do capital e da lucratividade.

O capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos controlam-na por cima de povos e Estados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 24)

Este período é caracterizado pelo avanço tecnológico, aumento da produção, e concentração de poder. Inicia-se o processo de fragmentação dos títulos das empresas em várias ações que são comercializadas livremente. [...] “a ‘livre concorrência’ é convertida em uma luta de vida e morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados”. (NETTO, 1996, p 23)

A concentração da produção e a expansão industrial transformam a competição em monopólio, dando origem a um gigantesco processo de socialização da produção – incluindo os inventos, o aperfeiçoamento técnico e mão-de-obra mais especializada –, que se choca com a apropriação privada. Nesse processo de monopolização verifica-se uma ampla concentração e centralização bancária. Pequenos bancos são absorvidos pelos grandes, passando a ser incluídos sem seus grupos ou consórcios, e unidades antes independentes são subordinadas a um centro único, que funciona como um capitalista coletivo, congregando capitalistas antes dispersos. (IAMAMOTO, 2012, p. 100 e 101)

Não podemos deixar de enfatizar que os bancos contribuíram, e muito, para expansão do capitalismo monopolista, pois tornaram-se os maiores financiadores das empresas por meio de empréstimos ou investimentos diretos. [...] “o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado – comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo pool, o cartel e o truste”. (NETTO, 1996, p. 20)

[...] o capital financeiro envolve a fusão do capital bancário e industrial em condições de monopólios capitalistas, redundando na concentração da produção e na fusão de bancos com a indústria. A gestão desses monopólios converte-se em dominação da oligarquia financeira, que

tende a crescer com lucros excepcionais, os empréstimos estatais, a especulação com a terra, dentre outros mecanismos. (NETTO, 1996, p.101)

Neste momento muda o caráter da intervenção do Estado que acontecia eventualmente e pontualmente na economia nos momentos de crise. “Na idade dos monopólios, ademais da preservação das coisas externas da produção capitalista – agora – [...] incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. (NETTO, 1996, p.23). Ou seja, as funções políticas do Estado somam-se às suas funções econômicas, uma vez que o objetivo da intervenção é garantir o superlucro do capital.

Sendo assim, segundo Netto (1996, p. 26) “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executor’ da burguesia monopolista – opera para garantir as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista”. É seguindo essa lógica da obtenção dos super lucros que acontece a exploração da força de trabalho, impulsionada principalmente pelo “binômio industrialização/urbanização” (NETTO, 1996, p. 17), uma vez que, a industrialização impulsionou o êxodo rural.

Considerar essas variáveis é fundamental para compreender o serviço social como profissão no Brasil e as necessidades sociais que é chamado a atender: surge da necessidade que a classe burguesa tem em dar respostas mais qualificadas à classe trabalhadora organizada; respostas essas mais além da caridade e repressão. Para Montañó (2011, p. 104 e 105) “o assistente social surge como um profissional cuja funcionalidade se expressa na execução terminal das políticas sociais; aquelas que visavam a reprodução da força de trabalho e a consolidação da ordem”.

No caso brasileiro, essa necessidade social se intensifica devido às expressões da questão social oriundas das transformações ocorridas nas relações de trabalho a partir da década de 1930, período marcado pela intensificação da industrialização e consolidação do capitalismo.

[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83 e 84).

Conforme dito anteriormente, no contexto do capitalismo monopolista intensifica-se a organização coletiva dos trabalhadores, diante do que a burguesia passa a se preocupar, pois houve a intensificação dos conflitos entre capital/trabalho, interferindo diretamente na manutenção da produção capitalista, exigindo da classe capitalista alguma atitude que amenizasse o quadro. Neste contexto, o Estado passa a funcionar como “comitê executivo” da burguesia”. (NETTO, 1996, p.26), passando a intervir nos problemas sociais.

No primeiro momento a intervenção do Estado é exclusivamente para atender os interesses do capital, mas com os questionamentos da classe trabalhadora o Estado se vê obrigado a atender, mesmo que parcialmente, também os anseios dos trabalhadores (como mecanismo de controle das massas), sem interferir nos interesses das classes dominantes. Neste sentido ele cria as políticas públicas como forma de intervir nas expressões da questão social.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresário e a classe trabalhadora, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. As condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade. O Estado busca enfrentar, também, através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e na implementação de serviços sociais [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.84)

Sobre as políticas sociais e a intervenção do Estado, Netto (1996, p. 30) enfatiza que,

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica [...]

É importante frisar que a implementação das políticas sociais não ocorreu de forma homogênea entre os países capitalistas, pois é preciso considerar fatores, como a

formação social e econômica de cada um, além da capacidade organizativa da classe trabalhadora, no que tange ao processo de luta pela reivindicação de direitos.

Neste contexto o Serviço Social surge como um dos mecanismos do Estado para controlar a classe trabalhadora – que já não aceita apenas a caridade como alternativa para amenizar as expressões da questão social, partindo de referências teórico-práticas marcadas pelo conservadorismo.

Em termos de Serviço Social, o conservadorismo é constitutivo da sua trajetória. A iniciativa de fundação da primeira escola, em São Paulo, foi resultante da mobilização do laicato em projeto de recristianização da Igreja Católica entre as décadas de 1920 e 1930. Tem-se aí presente o conservadorismo de matriz restauradora colocando-se como alternativa no enfrentamento da “questão social”, que fora agravada com a chegada dos imigrantes anarco-sindicalistas e, ao mesmo tempo, servindo de base recuperar o espaço perdido com a laicização do Estado [...]. (SANTOS, 2007, p.53)

Em sua gênese, os assistentes sociais têm suas ações voltadas para as demandas da classe burguesa adotando uma postura conservadora acrítica ao sistema capitalista. “[...] sintoniza[m]-se com a classe dominante reformando, adequando ou modernizando comportamentos sempre que a manutenção da ordem burguesa o requisite” (SANTOS, 2007, p.51). Nessa direção, a profissão culpabiliza os indivíduos pelas dificuldades que enfrentam, arremessando em suas mãos a responsabilidade de alterar realidade.

[...] as situações conflitivas e as desigualdades passam a ser vistas como “desvios” a serem contornados e controlados institucionalmente, segundo parâmetros técnicos. Os conflitos sociais não são negados, mas, o que é expressão da luta de classes, transforma-se em “problema social”, matéria-prima da assistência. [...] os fatores tidos como problemáticos são deslocados de estrutura social para os próprios indivíduos e grupos considerados como responsáveis pela sua ocorrência”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 125)

O Serviço Social é legalmente regulamentado em 1954 como uma profissão liberal, pois trabalha pondo em prática o seu conhecimento técnico e possui o Código de Ética que direciona a prática profissional. Iamamoto e Carvalho (2014, p. 86) declaram que

[...] no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na concepção coerente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional

autônomo, que exerça independentemente suas atividades, dispondo das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja no que se refere à maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível de remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público” ou clientela a ser atingida. Porém possui [...] características básicas da profissão [...] que marcam uma prática “liberal” entre os quais se poderia arrolar: a reivindicação de uma deontologia (Código de Ética), o caráter não rotineiro de intervenção, viabilizando aos agentes especializados uma certa margem de manobra e de liberdade no exercício de suas funções institucionais. [...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários [...] o que reforça um certo espaço para atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforma a maneira de se interpretar o papel profissional.

Contudo ele não é profissional autônomo considerando que não detém dos meios de produção o que implica, de certa forma, na atividade profissional uma vez que “a profissão se consolida [...] como parte integrante do aparato estatal e de empresas privadas, e o profissional, como assalariado a serviço das mesmas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 86).

## **1.2 – A renovação profissional e a afirmação de novas bases de legitimidade: projeto ético-político e autonomia profissional**

O processo de renovação da profissão é “constituente do processo internacional de crítica ao tradicionalismo profissional. A Reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960”. (NETTO, 2005, p.9). Este processo iniciou-se da inquietação profissional sobre a sua função frente às expressões da questão social.

Coube à reconceituação, desde os seus primeiros passos, trazer à luz do dia a dimensão política que é constitutiva de qualquer intervenção social; e porque em geral o fez pela esquerda, o tradicionalismo – que jamais recusara a politização pela direita – combateu-a incansavelmente: (NETTO, 2005, p.13)

Porém o período da ditadura militar, que ocorreu em 1964 no Brasil, fortaleceu o conservadorismo no interior da profissão. Segundo Montaño (2011, p. 96) o período abrangido pela Ditadura Militar impossibilitou que o profissional de serviço social questionasse a realidade sociopolítica da época, como também seu posicionamento na

relação capital/trabalho. Nesse período o máximo que se permitia era aprimorar as técnicas utilizadas pelos profissionais, “sem questionar por que o faz e para quem faz”.

De certo esse é o pontapé inicial para o Serviço Social questionar o sistema socioeconômico vigente e, conseqüentemente dar outro rumo à prática profissional assumindo [...] “a realidade política da profissão, o papel que ela desempenha como adaptador e moralizador” (MONTAÑO, 2011, p.96) do indivíduo, e assumindo o compromisso com os trabalhadores. Montañó (2011) e Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que no interior da profissão é possível encontrar profissionais com perspectivas diferentes o que resulta em ações que não veem o indivíduo como o responsável pelos problemas enfrentados.

Assim, podemos afirmar que o interior da profissão não é homogêneo, podendo encontrar profissionais conservadores e profissionais críticos. O movimento de renovação na profissão, se revela em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto pela busca de ruptura com o conservadorismo. Mas, de um modo geral, o Serviço Social se laiciza e passa a adicionar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade; estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto.

O profissional amplia sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares. Se intensifica também o questionamento da perspectiva técnico-burocrática, por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas.

A partir da década de 1960, se inicia um movimento de reconceituação da profissão, em que [...] “um conjunto de profissionais que – noutra perspectiva teórica e ideológica, e até com outra origem de classe (trabalhadores de classe média e média baixa) e tradição política (em muitos casos vinculados a partidos políticos de esquerda, a sindicatos e/ou com participação no movimento estudantil, ou noutros populares, e na “esquerda cristã)” (MONTAÑO, 2011, p.96), busca a ruptura com o conservadorismo.

[...] a renovação também forneceu aportes para duas outras vertentes que situam o pensamento conservador sob novas bases: a “modernização conservadora” e a “reatualização do conservadorismo”, construídas como movimentos impulsionados pela legitimidade que lhe é própria em resposta a dois fatores centrais. O primeiro deles é exógeno: a erosão do tradicionalismo profissional, em boa medida

determinada pelo desenvolvimento do capitalismo, exigia uma nova postura técnico-operativa diante da “questão social”. Essa exigência demandava mudanças na eficiência típica do conservadorismo profissional. Ele, então, revê a sua instrumentalidade para adequar-se a tais requisições – seja modernizando-se tecnicamente, com a incorporação de referenciais estrutural-funcionalistas e desenvolvimentistas, seja repsicologizando-se através da fenomenologia. O segundo [...] é endógeno: a crítica esboçada pela “intenção de ruptura” que aprofunda a crise de legitimidade vivida pelo tradicionalismo [...] o papel dessa crítica não é o de eliminar o conservadorismo do terreno profissional [...] ele é a perspectiva que responde pelas atualizações constantes do pensamento conservador enquanto referencial que melhor responde às exigências posta por esta demanda intrínseca ao mercado de trabalho do Serviço Social (SANTOS, 2007, p. 56 e 57)

Seguindo a linha de raciocínio de Santos (2007), Montañó (2011, p.96) relata que a intenção de ruptura não conseguiu desvincular a prática profissional do conservadorismo, porém desenvolveu [...] “uma prática ambígua de inovação/conservação, de mudança/permanência, de ruptura/continuidade”.

Em suma, nenhuma das três vertentes foi capaz de acabar com o conservadorismo. O que elas têm possibilitado aos profissionais de serviço social é uma postura diferenciada e respostas diversificadas que atendam, com maior ou menor subalternidade técnica e política, às atuais demandas solicitadas pelo capital. “Assim, enquanto a demanda que o sustenta existir, o conservadorismo estará presente no Serviço Social – ora mais fortalecido, ora menos, porém sempre atualizando-se para responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas”. (SANTOS, 2007, p. 58). Ainda de acordo com a mesma autora (2007, p.55),

Embora essa crítica, mesmo com todos os desenvolvimentos que teve, não seja suficiente para apagar vestígios do conservadorismo do campo do serviço social [...], ela contribuiu para o esclarecimento das relações entre esse e o pensamento conservador, na medida em que desvendou o componente – este sim, intrínseco do profissionalidade do serviço social – da divisão sociotécnica do trabalho.

É importante ressaltar que o movimento de reconceituação e, no caso brasileiro, a renovação profissional contribuiu para construção de um projeto ético-político profissional crítico, possibilitando aos assistentes sociais uma direção crítica nas suas ações interventiva, investigativa e política, bem como apropriação de um referencial teórico-metodológico capaz de assegurar a autonomia profissional. Período marcado historicamente pelo III CBAS que aconteceu em 1979 ou Congresso da Virada.

Isso, por sua vez, provocou um conflito entre a nova direção social assumida pela profissão e o capital, pois agora os profissionais assumem compromisso com a classe trabalhadora defendendo seus direitos. Na condição de trabalhador assalariado, o assistente social passa pelos processos de precarização e exploração do trabalho característicos da sociedade atual. Por estar inserido nesta dinâmica o assistente social precisa atender as demandas solicitadas pelo empregador (classe capitalista), sem deixar seu compromisso com a classe trabalhadora. É neste espaço de tensão entre o projeto ético-político e as demandas institucionais que vive o profissional em seu cotidiano.

[...] esse profissional, embora trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda que, na maioria das vezes, não é dele. A demanda dos serviços profissionais tem, pois, um nítido caráter de classe, o que fornece, por sua proximidade estreita com o Estado, um certo caráter “oficial” ao mandado recebido (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 90).

Porém dependendo do arsenal teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, o exercício profissional pode estar direcionado aos interesses da burguesia ou proletariado.

Pode tornar-se um intelectual orgânico a serviço da burguesia ou das forças populares emergentes; pode orientar a sua atuação reforçando a legitimação da situação vigente ou reforçando um projeto político, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p.103).

A perspectiva de ruptura com o conservadorismo se materializa no Projeto ético-político profissional, que muito tem cooperado para a formação de assistentes sociais críticos e com capacidade para exercer em seu cotidiano sua relativa autonomia nos vários espaços sócio ocupacionais, criando possibilidades de efetivar seu trabalho.

### **1.2.1 – Concepções de autonomia profissional no Serviço Social presentes na bibliografia pesquisada**

Sobre a autonomia profissional, cinco dentre os oitos textos pesquisados, a definem como autonomia relativa, tendo em vista que os assistentes sociais são trabalhadores assalariados, que estão postos sob condições de exploração e que não

possuem os meios de produção para o exercício de suas funções. Vejamos alguns trechos em que estas determinações aparecem:

[...] autonomia do Serviço Social é uma autonomia relativa em função do caráter do trabalho assalariado, em todas as restrições que a própria instituição coloca ao ofício, as condições objetivas e institucionais são levadas em consideração. [...] O profissional dentro das suas próprias necessidades se encontra de mãos atadas no desenvolvimento de um processo que não depende de sua mão de obra, mas sim de outras. A autonomia do profissional nesse momento se torna relativa perante os ditames institucionais. (CORRÊA, 2015, p. 13 e 25)

É no caráter não rotineiro do trabalho profissional (YAZBEK, 2009) que o assistente social desenvolve uma ação ideológica, política e educativa e apresenta-se como um agente político por excelência (ABREU, 2002). Tais características associadas ao domínio teórico-político acerca da direção de seu trabalho permite que exerça a relativa autonomia que lhe cabe no espaço profissional, para além do perfil meramente executor de políticas públicas e pode lançar sementes da luta pela emancipação humana. (NOGUEIRA; TUMERRELO, 2015, p.222)

O assalariamento do assistente social influencia diretamente na autonomia profissional, uma vez que o assistente social não detém os meios e instrumentos para a consecução do seu trabalho, dependendo então daqueles que compram sua força de trabalho para consecução do produto final do Serviço Social. [...] A autonomia relativa do assistente social é condicionada e tensionada pela questão do assalariamento e os dilemas da alienação que são indissociáveis do trabalho assalariado. [...] a autonomia relativa do assistente social passa a ser considerada a partir da institucionalização do Serviço Social nos marcos do capitalismo monopolista. Ou seja, o momento no qual a profissão é legitimada e socialmente necessária, o assistente social passa a trabalhar por meio de uma *relação contratual*, onde as questões do assalariamento induzem a alienação e ao trabalho subordinado aos ditames de quem o contrata. (MAFFINI, 2015, p. 13, 18 e 21)

Em três dos cinco textos mencionados, a autonomia relativa comparece associada ao conflito ético-político envolvido na necessidade de atender as demandas do empregador, mas sem abrir mão dos princípios que norteiam a profissão.

[...] o profissional dispõe de uma autonomia relativa, que abre as possibilidades para que o Assistente social possa imprimir no seu trabalho os valores do projeto ético-político ao qual está vinculado. No meu entendimento é exatamente a autonomia técnica que caracteriza a autonomia como relativa, pois se ela não existisse,

poderia se afirmar que a autonomia do profissional é nula. (SIMÕES, 2012, p.23)

[...] Serviço Social reconhece a tensão entre o trabalho assalariado e a autonomia profissional, porém verificamos que a relativa autonomia abordada pelos autores decorre do reconhecimento do saber teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do assistente social que possibilitam um direcionamento na prática diferente do que foi estabelecido pela relação de compra e venda da força de trabalho. (CRAVEIRO, 2015, p.95)

O processo de mercantilização da força de trabalho do assistente social conduz ao tensionamento da autonomia profissional colocando-o aos ditames daquele que compra sua força de trabalho e Especializada. (MAFFINE, 2015p.42)

O amadurecimento da profissão possibilitou a formação de profissionais com perfis diferentes do que predominou na sua gênese. Conforme dito acima, tornaram-se profissionais críticos, preocupados em manter uma formação contínua e capazes de responder as múltiplas facetas da questão social.

Isto implica dizer que os assistentes sociais, ao longo da vida acadêmica e profissional, adquirem conhecimentos que são próprios do serviço social mas não só: também são essenciais para este novo perfil profissional o conhecimento crítico sobre o modo como a sociedade capitalista está organizada. É exatamente esse conhecimento juntamente com projeto ético político da profissão que tem permitido aos profissionais, mesmo na sua condição de assalariados, ampliar as margens do exercício de sua autonomia.

Outro aspecto conceitual que aparece nos textos pesquisados indica que quatro dentre os oitos textos afirmam que a autonomia está interligada com a capacidade de escolha que o indivíduo tem para intervir na realidade:

Capacidade de autodeterminação do indivíduo; ter voz para questionar o questionável utilizando sua crítica, para assim defender seu ponto de vista e melhor orientar os seus usuários no que se diz respeito às demandas existentes. (CORRÊA, 2015, p.23)

[...] Autonomia refere-se ao autogoverno, à autodeterminação da pessoa para tomar decisões que afetem sua vida e suas relações sociais. (MUNHOZ e FORTES apud CORRÊA, 2015, p. 23)

A autonomia tanto engloba a capacidade dos mesmos na tomada de decisões vinculadas à sua vida e em suas relações sociais, como também atribuir valor, respeito e dar importância às opiniões e escolhas do outro. (STEIL, 2015, p. 41).

[...] é justamente por estar inserido no contraditório campo político-ideológico das classes sob as quais se insere, que o assistente social dispõe de possibilidades para direcionar seu trabalho com fins a construir e efetivar a cidadania, a democracia e as demais diretrizes ético-políticas, lançando mão e potencializando seu espaço de autonomia profissional situado no campo concreto da contradição. (IAMAMOTO apud MAFFINE, 2015, p. 13).

A ideia de autonomia está diretamente ligada à capacidade de guiar e governar a si mesmo por meio de leis próprias. O exercício da autonomia implica a liberdade de pensamento, opções e alternativas para realizar as suas escolhas. (CRAVEIRO, 2015, p.33)

Ao nosso ver essa capacidade de decidir e direcionar a intervenção conforme o projeto ético político, só é possível quando o profissional tem a capacidade de unir na sua intervenção as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa – pois assim irão escolher a melhor estratégia para sua intervenção e estarão dando instrumentalidade à sua ação. Guerra (2000, p. 03), define instrumentalidade da seguinte forma, é [...] “uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”.

O assistente social na condição de trabalhador assalariado vivencia em seu cotidiano a tensão entre o que defende do ponto de vista do projeto ético-político profissional e os interesses do empregador uma vez que não detém os meios de produção e precisa vender a sua força de trabalho, ficando sujeito aos ditames do mercado.

Sendo assim, compreender a capacidade de escolha é essencial para evitar em seu cotidiano cair no **fatalismo**. Segundo Iamamoto (2004, p. 123) essa é uma postura “calcada numa visão determinista da lógica do capital, esvaziada de dinâmica contraditória, do seu movimento da sua possibilidade de superação. [...] em que o assistente social se vê asfixiado, nada lhe restando a fazer”. Outro extremo possível quando não se balizam as escolhas segundo as determinações objetivas, é reproduzir o **messianismo** em que o profissional se sente o propulsor para alterar a realidade. Neste predomina

[...] a visão messiânica e a-histórica [...] de cunho voluntarista e subjetiva, ingênua quanto as possibilidades revolucionárias da profissão, muitas vezes embalada por um discurso com propostas e veleidade críticas. Marcada por uma visão mágica da transformação social, [...]. Muitas vezes, esse discurso se reduz ao compromisso individual do Assistente Social, como se nossa vontade e propósitos

individuais fossem unilateralmente suficientes para alterar a dinâmica social. (IAMAMOTO, 2004, p. 124)

Porém um profissional que tem suas ações baseadas no projeto ético-político tem consciência das limitações impostas pela condição de assalariado, mas sabe que o projeto ético-político dá as condições necessárias para tomar as decisões dentro das suas possibilidades, não admitindo que determine limites absolutos à sua relativa autonomia profissional.

Entre os textos pesquisados quatro deles relatam a tensão existente entre a autonomia profissional do assistente social e sua condição de trabalhador, exposto à exploração do trabalho.

A relação de assalariamento conduz a autonomia do assistente social para ser constantemente tensionada através deste processo (compra e venda da sua força de trabalho), ou seja, da *mercantilização* da sua força de trabalho. [...] Ao estabelecer um vínculo empregatício, o assistente social é colocado na **tensão** entre a autonomia profissional, que é fundamentada no horizonte do projeto ético-político da profissão, por um lado, e no estatuto de trabalhador assalariado, por outro, esta tensão é imanente à condição de trabalhador assalariado e nenhum profissional estando sob as regras de um contrato conseguirá ficar imune. (MAFFINE, 2015, p. 12 e 13)

A condição de assalariado do Assistente social, seja na esfera pública ou privada, requer um contrato de trabalho que expressa os parâmetros institucionais e trabalhistas como reguladores das relações de trabalho. Os empregadores estabelecem ainda as funções e atribuições conforme a normatização do trabalho coletivo e disponibilizam os recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos, indispensáveis à realização do trabalho. [...] Neste sentido, as exigências impostas pelos variados tipos de empregadores condicionam o conteúdo do trabalho realizado pelo Assistente social e limitam as possibilidades de efetivação dos seus objetivos profissionais. [...] O Serviço Social foi regulamentado como profissão liberal, mas a sua condição de assalariado submete a sua atividade profissional às normas reguladoras das relações de trabalho podendo estabelecer, dessa forma, uma tensão entre o projeto ético político e a alienação do trabalho o que remete à discussão da autonomia relativa do profissional. (SIMÔES, 2012, p. 63 e 74)

[...] os princípios, os objetivos, os recursos disponíveis, os interesses e projetos institucionais impõem um conjunto de limites que também atravessam a questão da autonomia profissional. (DUARTE, 2010, p.73)

[...] no sistema capitalista, a força de trabalho é submetida aos ditames do empregador. [...] o assistente social como profissional inserido nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais como trabalhador

assalariado, [vivencia] em seu cotidiano profissional todas as questões pertinentes ao mundo do trabalho. Como todo trabalhador assalariado, tais profissionais vendem a sua força de trabalho em troca de um salário, o que os torna alvos das consequências da exploração do empregador. [...] A relação estabelecida por meio do contrato de trabalho proporciona uma relação de obediência entre o assistente social e seu patrão, o que supõe o cumprimento de normas e atividades pré-determinadas. [...] As exigências postas pelo empregador põem limites no cotidiano do assistente social, o que determina algumas funções específicas destinadas ao profissional. [...] a realização do trabalho depende das condições que o empregador coloca à disposição do trabalhador. (CRAVEIRO, 2015, p. 77; 78; 79 e 80)

Sendo assim, torna-se indispensável compreender a tensão/contradição que existe entre a relativa autonomia profissional e as demandas institucionais, o que exige do profissional uma postura crítica, estratégias criativas e a utilização dos “[...] instrumentos (de trabalho) para o alcance dos objetivos profissionais” (GUERRA, 2000, p.3), para que possam efetivar em suas ações o projeto ético-político da profissão.

Como já dito anteriormente – mesmo o assistente social precisando vender a sua força de trabalho – ele é um profissional liberal, regido por legislação própria da profissão, o que lhe permite imprimir uma direção social ao exercício profissional. Isso acontece devido à relativa autonomia profissional de que dispõe. E se o empregador exigir algo que fira o código de ética profissional o assistente social deve recorrer ao CRESS de sua região para obter apoio em defesa das normativas da profissão.

Então a autonomia profissional garantida no Art. 2, linha h do Código de ética profissional de assistentes sociais é assegurada como direito e assim estabelecida: “ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções”. Esse dispositivo serve como garantia de que mesmo exposto a condições de assalariamento, o profissional terá a oportunidade de agir conforme o projeto ético-político e imprimir a identidade da profissão nas suas ações.

Diante disso, para que possam ter clareza do seu papel e defender a relativa autonomia profissional nos vários espaços ocupacionais, os profissionais precisam contar com a qualificação acadêmica e profissional continuada, a regulamentação da profissão, o código de ética profissional e o conhecer as normativas que regulam a profissão, expedidas pelo conjunto CFESS/CRESS. Tais requisitos são essenciais para viabilizar um exercício profissional condizente com o projeto ético-político, embora essas condições

não sejam suficientes, por si sós, diante do atual contexto da crise capitalista e seus impactos nas condições de trabalho, conforme trataremos a seguir.

## Capítulo 2

### **Crise capitalista recente, reconfiguração do Estado e algumas condicionalidades da autonomia profissional dos assistentes sociais no Brasil**

O sistema capitalista desde a década de 1970 até os dias atuais enfrenta uma crise estrutural de superprodução e o capital se vê obrigado a se reinventar. Neste contexto se insere um amplo processo de reestruturação produtiva, visando recuperar o seu ciclo produtivo, afetando intensamente o mundo do trabalho. O chamado modelo de acumulação flexível amplia a exploração do trabalho através da flexibilização da produção e da desregulamentação das relações de trabalho e amplia também o desemprego estrutural. O Estado desempenha um papel importante, pois também se reformula para intervir política e economicamente a favor do capital e adota medidas que visam reduzir "seus gastos", como a privatização de setores públicos, a redução dos investimentos nas políticas públicas, especialmente na saúde e educação, a focalização das políticas de assistência social e da previdência. Assim o Estado diminui os recursos para o enfrentamento da questão social e amplia as chances de expansão do capital.

Essas transformações têm refletido no exercício profissional dos assistentes sociais, uma vez que os mesmos estão inseridos em relações de assalariamento, conforme disposto no capítulo anterior. A redução dos recursos investidos nas políticas públicas também é um problema em seu cotidiano profissional, tendo em vista que a profissão defende o acesso e ampliação dos direitos sociais, porém com a redução dos investimentos no setor social fica difícil garantir o acesso dos trabalhadores às políticas públicas. Neste capítulo, portanto, abordaremos como a crise atual do modo de produção capitalista e as transformações do Estado neoliberal têm afetado a autonomia profissional dos assistentes sociais.

#### **2.1 – Notas sobre a crise capitalista e suas alternativas de reestruturação da economia e do Estado**

Como vimos, a partir da Primeira Revolução Industrial que ocorreu em 1830, o mundo passou por grandes transformações no modo de produção capitalista uma vez que a “[...] mobilidade e transformação constituem o capitalismo, graças ao rápido e intenso desenvolvimento de forças produtivas que é a sua marca” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 182).

Na segunda metade do séc. XVIII, o capitalismo cria as condições favoráveis para o surgimento da sua nova fase de desenvolvimento, designada como concorrencial “[...] também chamada de ‘liberal’ ou ‘clássica’” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 184). Esse novo estágio do capitalismo é caracterizado pela intensa concorrência entre os comércios, a auto-regulamentação, por meio da lei da oferta e da procura, e a “ausência” do Estado, deixando os trabalhadores “[...] à mercê do patronato, uma vez que o Estado, nas mãos dos capitalistas (ou de seus representantes políticos), atendia praticamente apenas aos interesses do capital” (NETTO; BRAZ, 2012, p.186).

Segundo Netto e Braz (2012), esse período dará início à mundialização do mercado. Os países centrais (desenvolvidos) passam a importar matérias primas e brutas dos países periféricos (subdesenvolvidos).

[...] e inundarão todas as latitudes com as suas mercadorias produzidas em larga escala [...]. Povos, nações e Estados situados fora da Europa, que se mantinham isolados [...] são agora integrados mais pela via da invasão comercial que pela intervenção militar. (NETTO; BRAZ, 2012, p.185).

Essa integração aumentou a desigualdade socioeconômica entre os países centrais e periféricos, pois os países desenvolvidos extraem as riquezas dos países subdesenvolvidos.

O chamado mercado mundial, desenvolveu-se para uma “economia mundial”, datada do último terço do século XIX com a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. O capitalismo monopolista representa a fase madura do capital (imperialismo) e, em seu interior, teve início a Segunda Revolução Industrial, com introdução de novas fontes de energia como eletricidade e petróleo.

No estágio imperialista, o capital monopolista se estende a todos os campos da economia e além da exportação de mercadorias, realiza também a exportação de capitais – que “[...] realiza-se sob duas formas: 1ª) capital de empréstimo: capitalistas concedem créditos, em troca de juros determinados, a governos ou a capitalistas de outros países; 2ª) capital produtivo: capitalistas implantam indústrias em outros países.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 194 e 195). Essa busca pelo lucro e domínio dos mercados resultou na partilha econômica do mundo entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

No estágio imperialista, a guerra se faz necessária para diminuir, na lógica do capital, as contradições entre os Estados imperialistas.

Essa partilha territorial do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existia mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos interimperialistas, conflitos também que responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios, constitui a forma extrema de partilhas do mundo pelas potências imperialistas. (NETTO; BRAZ, 2012, p.196)

Após a Segunda Guerra Mundial com a retomada da industrialização sob novas bases tem início o período correspondente ao Taylorismo/Fordismo, que muito contribuiu para um expressivo avanço do processo de acumulação capitalista:

Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os “anos dourados” ou, ainda, as “três décadas gloriosas”. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiram mais. (NETTO; BRAZ, 2012, p.208)

Foram características desse período a implementação da produção sob a forma de linha de montagem, aumento da produtividade reduzindo custos, qualificação e especialização da mão de obra e, conseqüentemente, aumento do lucro dos capitalistas à custa da superexploração da força de trabalho. O processo de industrialização nessa nova fase possibilitou ao capital produzir em larga escala – tornando os produtos mais baratos – contudo, necessitando de consumo em massa. Sendo assim, o Estado passa a intervir na economia para diminuir o desemprego e garantir melhores salários para os trabalhadores, permitindo que a classe trabalhadora consumisse mais. Por conseguinte, o Estado arrecadava mais impostos e investia nas políticas públicas, ocasionando o aumento do padrão de vida dos trabalhadores. Colaborando para a concretização do Estado do bem-estar social e várias conquistas sociais e trabalhistas, essas concessões tinham por objetivo “salvar” o capital da crise na década de 1929, que “[...] obrigou os dirigentes capitalistas a ensaiar alternativas político-econômicas [...] que seriam implementadas pelas principais potências imperialistas”. (NETTO; BRAZ, 2012, p.205). Em contrapartida o capital aumentava os seus lucros.

No Brasil o taylorismo/fordismo ocorreu com algumas particularidades. A principal delas é que ele não se implanta sob relações democráticas e de negociação entre capital e trabalho, conforme nos países centrais. Bem ao contrário disso, no período de sua implementação mais significativa entre nós passávamos pela dura experiência da

Ditadura Militar (1964-1985) – período marcado por represálias e o uso da violência para “manter a ordem social”, forte poder do Estado, redução dos direitos políticos e civis e controle dos sindicatos – diminuindo a qualidade de vida e enfraquecendo o poder de organização da classe trabalhadora. Estes fatores explicam porque o fordismo brasileiro, tem características distintas em comparação com os países desenvolvidos. Como aborda Santos (2012, p. 185),

[...] o “fordismo à brasileira” apresenta singularidades, como o regime de trabalho com baixa proteção social e elevados índices de rotatividade da força de trabalho, pautados na flexibilidade e precariedade estrutural do mercado de trabalho. Determinado por um contexto de ausência de democracia que possibilitou as medidas de “arrocho salarial” e intensa repressão ao movimento sindical, o “fordismo à brasileira” se constitui sob uma norma de consumo “restrita”, tendo em conta a desigualdade social assentada na concentração de renda – reflexo, por sua vez, da ausência de uma série de reformas estruturais adiadas pelo processo de “modernização conservadora” e “revolução passiva”, sob forte intervenção estatal.

Complementando essa compreensão, Cardoso de Mello (apud ARANHA, 1999, p. 119 e 120) aborda o modo “copista” do Brasil no processo de industrialização.

No século XIX, por força de um regime social obsoleto, o escravismo, não pudemos sequer incorporar o resultado básico da Primeira Revolução Industrial (1760-1830) e muito menos avançar pela trilha da Segunda Revolução Industrial (1870-90), a do aço, da química, da eletricidade, dos novos bens de capital, do petróleo e do motor a combustão interna. Mas no século XX, os padrões tecnológicos ficaram relativamente estáveis nos países desenvolvidos. Tivemos a sorte de desfrutarmos das facilidades da cópia. Até 1930, consolidamos a indústria de consumo mais simples. E nos cinquenta anos subsequentes, copiamos o aço, a eletricidade, a química básica, o petróleo, o automóvel, os eletrodomésticos, chegando até máquinas e equipamentos mais sofisticados. Levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil. E noventa anos, de 1890 a 1980, para copiar os avanços da Segunda Revolução Industrial. Quando tudo dava a impressão de estarmos prestes a entrar no Primeiro Mundo, eclodiu a Terceira Revolução Industrial.

As citações mostram que o Brasil foi e é até hoje um país industrialmente e tecnologicamente atrasado, (apesar de ter avançado nos últimos tempos). As suas “inovações” dependem, na maioria das vezes, da exportação de capital dos países desenvolvidos.

A chamada Terceira Revolução Industrial consiste na “[...] introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos [e] vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligado à produção” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 228). A introdução de tecnologias no processo produtivo e o aperfeiçoamento constante da mesma proporciona um significativo redimensionamento na produtividade, intensifica o trabalho, cria produtos e mercadorias com vantagens diferenciadas para concorrer em um mercado cada vez mais competitivo, gera diminuição de custos. Esse processo desencadeia uma enorme acumulação de capitais que, posteriormente, serão usados para realizar investimentos no desenvolvimento de novos produtos e na geração de tecnologias “de ponta”, sempre a serviço da indústria/capital.

A partir desse processo, o número de trabalhadores desempregados cresce expressivamente e, com isso, o poder de consumo e as vendas diminuem. Consequentemente, ocorre a superprodução – que é quando não existe mercado suficiente para consumir os produtos que foram produzidos em larga escala. Em síntese, o capital não produz visando atender as necessidades dos trabalhadores – ou seja, suprir as necessidades humanas, com valores-de-uso – mas visando, sobretudo, a obtenção do lucro.

Como os capitalistas investem cada vez mais no capital constante, diminuindo proporcionalmente os investimentos no capital variável, a tendência é que a composição orgânica do capital se altere. Como a mais-valia é criada pela parte variável do capital, com a sua queda, a tendência é de que caia também a taxa de mais-valia. Caindo a taxa de mais-valia ocorre também a queda da taxa de lucro. E, como resultado, temos a diminuição do processo de acumulação, o que induz as crises cíclicas do sistema.

Em decorrência do declínio dos lucros o sistema capitalista enfrenta mais uma crise de superprodução que se inicia na década de setenta no século XX. As crises são geradas pelo desenvolvimento da produção em face do baixo nível de vida dos trabalhadores, pelo excesso de mercadorias produzidas, acabando com o período de ascensão do capitalismo (os anos gloriosos). Cabe destacar que este período marca o “[...] fracasso do único ordenamento sociopolítico que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos” (NETTO, 1995, p. 68), isso porque o acesso às políticas públicas e o emprego favoreciam ao acúmulo de capital, já que o capital necessitava de mais consumidores.

A crise pela qual estamos passando é de cunho estrutural, está fundamentada dentro da lógica que extrapola os aspectos da estrutura da acumulação capitalista, uma vez que não está mais limitada à esfera da produção; ela agora afeta o sistema capitalista em sua totalidade, atingindo os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos e alcança a sociedade nas relações sociais, humanas e cotidianas, transformando as relações que estão diretamente ligadas às mutações que incidiram no mundo do trabalho.

[...] a crise atual “é uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade” [levando] a concluir que estamos nos aproximando “de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso”. (MEZAROS apud NETTO, 1995, p. 83)

As crises são inerentes ao capitalismo e a cada nova crise estimula-se a implementação de novos contornos do capital. Neste contexto o Estado é chamado a intervir na problemática do capital compondo parte de um conjunto de iniciativas com vistas à superação da crise. Tais “[...] respostas configuram a *reestruturação do capital* [...] como uma estratégia articulada sobre um tripé: *a restauração produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*” (NETTO; BRAZ, 2012, p 226).

No campo da produção o sistema capitalista se reinventa frente à crise que se instaura, procurando investir em uma produção “flexível” visando recuperar o patamar de acumulação através do aumento da produtividade, introduzindo novas tecnologias. Nesse sentido “[...] é uma intensa incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços tecnológico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo”. (NETTO; BRAZ, 2012, 227). O processo de acumulação flexível, possibilitou o surgimento de um trabalhador mais qualificado, polivalente e, conseqüentemente, mais explorado nos setores da produção que incorporam fortemente tais inovações tecnológicas. “[...] A flexibilização ‘favorece a maximização das taxas de utilização das capacidades instaladas e aceleração da amortização dos equipamentos’ desempenhando um papel fundamental quanto à ‘ampliação das possibilidades de economia de escala’” (CORIAT apud ARANHA, 1999, p. 116). Com a flexibilização do trabalho, a classe trabalhadora ficou mais submissa ao capital.

[...] “pós-fordismo” – opera-se a reestruturação produtiva [...] que da forma anterior mantém a característica de se realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estandardização, buscando atender a variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades dos “nichos” particulares de consumo. De outra, o capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a desterritorialização da produção – unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de luta sindical. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 228)

A reestruturação produtiva<sup>1</sup> consistirá, portanto, em uma alternativa eficiente que seja capaz de reduzir os gastos na produtividade, através da diminuição do tempo de trabalho e custos de produção. O capital além de criar seus mecanismos para recuperar o crescimento econômico, também exige respostas por parte do Estado que passa, por um lado, a intervir de forma direta na economia e, por outro, a reduzir a sua intervenção “social”.

O ideário neoliberal representa a reestruturação política e ideológica do pensamento conservador capitalista como resposta para a crise. Com o neoliberalismo temos algumas perdas dos direitos trabalhistas e sociais conquistados pela classe trabalhadora. O desmonte do sistema público de proteção social consiste na expressão política das respostas construídas pelo capital mundial no enfrentamento de sua crise de acumulação.

[...] uma característica notável das relações trabalhistas brasileiras é a grande flexibilidade que as empresas gozam na contratação, dispensado e remanejamento dos trabalhadores, usando as práticas sociais existentes e legislações e acordos trabalhistas (o que chamamos de dimensão social, extra-empresarial, de flexibilização). (SALERNO apud ARANHA, 1999, p. 129)

Isso acontece devido à atuação do Estado que abre brecha para os empregadores manipularem os contratos de acordo com as suas necessidades. Sendo assim, o empregador contrata os trabalhadores por um determinado tempo e depois os dispensam.

---

<sup>1</sup> No que particulariza o Brasil, Santos (2012, p.186) sinaliza que a reestruturação produtiva é marcada “[...] por um descompasso na adoção de inovações tecnológicas em relação às organizacionais (tanto no âmbito do setor privado, quanto do setor público), acompanhadas da adoção do modo de regulação neoliberal para o Estado”.

Exemplo desses contratos são os que acontecem no período de fim de ano ou em períodos que os empresários esperam um aumento nas vendas. Mais uma vez o Estado favorece ao capital ao permitir essa flexibilidade no contrato, condizendo com o estágio de “acumulação flexível” na produção.

Segundo Aranha (1999, p 129), essa flexibilidade adquire características peculiares no Brasil.

[...] características estas que, ao contrário do que as técnicas e métodos japoneses demandam, colocam o trabalhador em num contexto completamente diferente, perdurando a rotatividade e a instabilidade no emprego (este sempre vinculado aos “sabores” do mercado, pois que quando há crise ou queda nas vendas a primeira estratégia de redução de custo é o corte de pessoal).

O Estado deixa bem claro em suas ações de qual lado está, que sempre é o lado do capital. Atualmente estamos vendo através dos jornais as medidas de “contenção de gastos públicos” do atual presidente e ele reduz exatamente os investimentos nas políticas públicas, uma vez que para os neoliberais os investimentos sociais “oneram” os cofres públicos.

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do “Estado mínimo” pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – *o Estado máximo para o capital*”. (NETTO, 1995, p. 81)

A contrarreforma do aparelho estatal no Brasil iniciou-se em 1990 com a implantação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), influenciado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) com o governo de Henrique Cardoso. (SILVA, 2011).

Com a ofensiva neoliberal e a reforma estatal, as políticas públicas passaram a se organizar segundo diretrizes focalistas. Isso porque, a ideologia neoliberal até reconhece que os trabalhadores mais pobres ou que estão fora do mercado de trabalho precisam das políticas públicas para sobreviver, porém não admite o direito que classe trabalhadora tem de acessar uma política pública de qualidade, que atenda às suas reais necessidades e que seja universalizada, para que possam viver dignamente. Para os neoliberais o que interessa é a mercantilização dos serviços públicos (saúde, educação, previdência e etc.).

Seguindo a lógica do estado neoliberal, os serviços prestados pelo Estado à sociedade encaram um árduo processo de precarização e sucateamento favorecendo ao capital que passa a ofertar esses serviços com maior qualidade e quantidade. Sendo assim “o capital pode se reproduzir, transformando a previdência, [educação] e a saúde em negócios rentáveis, isto é, em mercadorias” (MOTTA, 1995, p. 225) ferindo os direitos garantidos pela Constituição de 1988. Neste contexto, as pessoas devem pagar para ter acesso a serviços de qualidade e “[...] a privatização tem sido uma larga estratégia de mercantilização dos serviços públicos [...]” (SILVA, 2011, p.30), já que o Estado os oferece de modo precário e insuficiente.

Por conseguinte, o mercado é visto como espaço adequado para o atendimento das necessidades sociais, entrando o Estado somente em última instância.

[...] o mercado deve voltar-se para o cidadão consumidor: aquele que por mérito e competência pessoal tornou-se apto a adquirir serviços privados de primeira qualidade, como saúde, educação e previdência. O Estado, através de uma assistência pública básica – emergencial, focalizada e seletiva – deve voltar-se para o cidadão pobre: aquele que, apesar de inserido no mundo do trabalho, não está apto a comprar tais serviços. (SILVA, 2011, p. 32)

Sendo assim, aos que não podem pagar pelos serviços que não são fornecidos pelos Estado, resta declarar e comprovar que são pobres (eu me arrisco a dizer que é preciso declarar que somos miseráveis) para ter acesso a tais serviços. Por isso, o caráter focalista/seletivo das políticas públicas, sem contar que os valores dos benefícios são insuficientes para garantir alguma dignidade ao ser humano.

Além da privatização das entidades públicas, também temos a publicização dos espaços públicos não estatais por meio da qual a comunidade, por conta própria, se organiza para prestar serviços pontuais, compondo o chamado Terceiro Setor/ONGS (Organizações Não Governamentais). Esses espaços costumam atender à camada da população que fica fora da assistência oferecida pelo Estado e que não tem dinheiro para acessar as instituições particulares. Essas instituições quase sempre recebem recursos do Estado, como também são isentas de impostos. Sobre a publicização Silva (2011, p. 30) relata que,

[...] trata-se de uma estratégia de refilantropização da proteção social brasileira, apoiando a desresponsabilização do Estado e a responsabilização da Sociedade Civil no que diz respeito ao enfrentamento da questão social, através das ações de solidarismo, ao

tempo que em amplia o acesso a recursos públicos por entidade privadas, em especial, as de cunho filantrópicos.

O sistema capitalista no período de crise tende a “partilhar” o ônus com a classe trabalhadora e prega o discurso de que todos devem se sacrificar para o capital voltar a crescer. De acordo com Mota (1995, p. 220 e 221)

No caso da seguridade social, [...] é feito com base na ampla divulgação de uma crise catastrófica na previdência que procura responsabilizar a todos pela sua solução como se os efeitos dessa crise na seguridade recaíssem de forma equânime sobre capitalistas e trabalhadores.

Entretanto sabe-se que o desmonte e a privatização das políticas públicas atinge exclusivamente a classe trabalhadora, pois são estes que veem seus direitos sendo reduzidos e sentem seus efeitos no seu dia a dia. Quando procuram a unidade básica de saúde e não tem médico ou remédio e enfrentam uma intensa burocracia para conseguir marcar um exame; ou quando não encontram vaga nas escolas, creches para matricular para seus filhos ou quando, mesmo sendo pobres, não se encaixam nos perfis/critérios das políticas públicas.

Esse desmonte das políticas públicas acontece para alocar mais recursos nas mãos dos capitalistas, seja através da privatização ou da terceirização dos serviços, concentrando cada vez mais riqueza e, contraditoriamente, gerando a pauperização. Como diz Netto (1995, p. 84) esse “[...] cenário [...] de cronificação da crise torna a barbarização da vida social um dado banal da cotidianidade, com implicações muito pouco imagináveis para o desenvolvimento humano-genérico da sociedade”.

O sistema educacional não ficou de fora das transformações no modo de produção capitalista que “gerou a necessidade de um novo nexos entre ciência e trabalho, com mudanças qualitativas e quantitativas na formação técnica e ético-política da força de trabalho simples e complexa” (NEVES; FERNANDES apud PEREIRA, 2008, p. 61). Isso se faz para atender as necessidades capitalistas, que agora demandam um trabalhador mais “qualificado e polivalente”, surgindo assim a chamada “sociedade do conhecimento”.

O processo de reestruturação produtiva cria a “necessidade dos indivíduos adequarem-se à lógica de organização produtiva, por meio de uma formação básica que lhes forneça a capacidade de abstração, trabalho em equipe e flexibilidade” (PEREIRA, 2008, p. 61), diferente da Primeira Revolução Industrial em que o trabalhador era

responsável por uma parte do processo e não precisava de tanto conhecimento técnico/teórico.

[...] a burguesia tenta difundir e envolver os trabalhadores em questões pontuais, transferindo as necessidades dela, enquanto classe, para o âmbito dos interesses imediatos dos trabalhadores, formando uma cultura que dilui o seu projeto de sociedade em medidas práticas e consensuais. (MOTA, 1995, p.222)

Por consequência os trabalhadores sentem a necessidade de se profissionalizarem para poderem manter seus empregos. Nessa lógica a produção de conhecimento tende a ficar em segundo plano, priorizando práticas que vão ser úteis para o mercado, limitando muitas vezes a capacidade de reflexão crítica sobre realidade.

No contexto de crise o BM (Banco Mundial) exigiu mudanças estruturais na educação indicando que o poder público deveria priorizar o ensino fundamental; já os ensinos médio e superior deveriam ser ofertados com grande participação do setor privado.

Neste contexto de compressão fiscal, o BM passou a advogar a tese de que a educação básica deveria ser prioridade, porque prevê a equidade e tem retorno social mais rápido (como a queda na taxa de natalidade e melhoria nos índices de saúde da população, o que diminuiu os gastos estatais); e a exigir reformas educacionais na América Latina, com mais recursos para o ensino fundamental, reforma da formação tecnológica e privatização do ensino superior. (PEREIRA, 2008, p. 62)

A mesma autora relata porque o BM enfatiza a responsabilidade do poder público com ensino fundamental e as razões para privatizar o ensino superior.

Os países desenvolvidos – com taxa de natalidade decrescente e cuja maioria da população é escolarizada, além de possuírem, por razões históricas, amplos sistemas educacionais em funcionamento – apresentam-se como um mercado restrito para atuação de empresas no setor educacional. Já os países em desenvolvimento – nos quais hoje se encontra a maior parte da população em idade escolar com grande demanda potencial para oferta de ensino nos vários níveis – transformam-se em alvos privilegiados dessa busca dos grupos empresariais por novos mercados. (PERREIRA, 2008, p.63)

A privatização do ensino superior e dos cursos técnicos é rentável para o capital na medida que os jovens/adultos estão prolongando o tempo de estudo devido ao alto nível de qualificação exigido pelas instituições empregadores e ao alto índice de

desemprego. Esse prolongamento significa crescimento do mercado educacional levando a classe trabalhadora a permanecer mais tempo nas universidades ou cursinhos.

Visando a lucratividade a Organização Mundial do Comércio (OMC) assinou em 1995, um acordo que libera a mercantilização e passa a determinar uma educação comercializável, cujos princípios foram firmados pela privatização, competição, competência, eficiência e pelas regras de mercado.

Tal acordo significou a incorporação de diversos setores tradicionalmente mantidos e regulados pelo Estado como direitos sociais (como educação, saúde, meio ambiente, saneamento, dentre outros), resultados de anos de luta e conquista da classe trabalhadora, e seu reordenamento na lógica do lucro da oferta e da competição. (PEREIRA, 2008, p. 64)

Esse processo possibilitou a livre comercialização do ensino, como também, o investimento do recurso público nas instituições privadas. Ou seja, o recurso que deveria ser investido nas instituições públicas para que todos igualmente pudessem ter acesso ao ensino de qualidade, é destinado aos setores privados. Pereira (2008) diferencia três tipos de universidades: a universidade funcional que é voltada para o mercado de trabalho; a universidade de resultado que é voltada para as empresas e a que impera atualmente a **universidade operacional** que é voltada para si mesma enquanto organização social.

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que leva à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (CHAUÍ apud PEREIRA, 2008, p. 68)

A reatualização do modo de produção capitalista e a contrarreforma do Estado, são processos regulados pela lógica do mercado, ou seja, a competitividade. Isso exige que a sociedade se renove frequentemente para atender as necessidades do capital. Neste contexto a nova sociabilidade transforma a educação, saúde e outros direitos sociais em serviços.

## **2.2 – As relações entre crise e os problemas relativos à autonomia profissional dos assistentes sociais presentes na bibliografia pesquisada**

A crise capitalista gerou a necessidade de reestruturar o modo de produção e a reorganizar o mercado, o que ocasionou grandes transformações estruturais no mundo do trabalho e nas funções do Estado, como já mencionado neste capítulo. O capital necessita que o Estado intervenha ao seu favor, ampliando a desregulamentação e diminuindo a intervenção nas políticas sociais, pois assim as políticas públicas tornam-se objetos de comercialização e geram lucro para o capital.

A reestruturação da produção atinge também o exercício profissional dos assistentes sociais em seus espaços ocupacionais, considerando que na condição de trabalhador, o mesmo está exposto à insegurança do desemprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, trabalho por produtividade e resultados. A ideologia neoliberal tem como um de seus objetivos a desregulamentação estatal no tocante à efetivação das políticas públicas, espaço majoritário de atuação dos assistentes sociais. De acordo com Torres Alencar e Teixeira Alencar (2015, p. 18),

As mudanças decorrentes do processo de mundialização do capital e que atravessam diferentes dimensões da vida social, sob traço marcante da hegemonia financeira, alteram também as formas de sociabilidade existentes, à medida que necessitam de novos suportes políticos, ideológicos e culturais. Imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas.

Vale destacar que essas mudanças atingem tanto os trabalhadores das indústrias quanto os trabalhadores dos setores de serviços incluindo, nesse segmento, o profissional de Serviço Social. Sendo assim, tem redimensionado os espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais, considerando as formas assumidas pelo Estado e sociedade civil como resposta ao enfrentamento das expressões da questão social, que tem se agravado com a crise econômica mundial.

Nos textos pesquisados aparece a deterioração da condição de trabalhador assalariado como um dos problemas para autonomia profissional. Isso porque, na condição de assalariado, são os empregadores quem ditam as necessidades sociais sob as quais o assistente social irá intervir, como também em quais condições e quais resultados vão ser obtidos com a ação profissional. As requisições institucionais necessitam,

geralmente, de respostas pontuais e imediatas, dificultando o profissional de fazer uma reflexão sobre a realidade. Sobre esse tipo de resposta Guerra (2000, p. 58), relata o seguinte,

[...] respostas operativo-instrumentais, nas quais impera uma relação direta entre pensamento e ação e onde os meios (valores) se subsumem aos fins. Abstraídas de mediações subjetivas e universalizantes (referenciais teóricos, éticos, políticos, socioprofissionais, tais como valores coletivos).

Essas questões mencionadas acima determinam o conteúdo do trabalho que será realizado pelo profissional, estabelecendo limites e possibilidades à sua realização. Três dos oito textos pesquisados relatam o seguinte;

[...] a relação de assalariamento conduz a autonomia do assistente social para ser constantemente tensionada através deste processo (compra e venda da sua força de trabalho), ou seja, da mercantilização da sua força de trabalho. [...] o assalariamento do assistente social influencia diretamente na autonomia profissional, uma vez que o assistente social não detém os meios e instrumentos para a consecução do seu trabalho, dependendo então daqueles que compram sua força de trabalho para a consecução do produto final do serviço social. [...] a condição de assalariamento do Serviço Social, [...] imprime condições ao fazer profissional e conseqüentemente a relativa autonomia, por isso as formas de contratação e o vínculo do profissional influenciam diretamente na autonomia relativa do assistente social. (MAFFINI, 2015, p.12, 13 e 39)

Tendo em vista que a maioria dos Assistentes Sociais está inserida no mercado de trabalho como trabalhador assalariado (o que impõe condições objetivas ao exercício profissional) [...] as determinações do capital e o atual modelo de Estado neoliberal ameaçam a autonomia profissional do Assistente social, em graus diferenciados, de acordo com as relações sociais que permeiam o espaço ocupacional em que o Assistente social está inserido. (SIMÕES, 2015, p.23)

[...] a autonomia profissional dos assistentes sociais é tensionada pela compra e venda da força de trabalho, os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho social dos assistentes sociais deve responder, interferindo em seu trabalho, delimitando sua atuação, impactando diretamente em sua autonomia profissional. (IAMAMOTO apud STEIL, 2015, p. 44)

Dessa forma, mesmo sendo um profissional liberal, como já mencionado no capítulo anterior, por não possuir os recursos e outras mediações necessárias à execução de seu trabalho, os assistentes sociais precisam vender sua força de trabalho para as

instituições públicas e/ou privadas. Essa relação de compra e venda impõe limites à atuação profissional, pois os empregadores são responsáveis por fornecerem parte essencial dos recursos necessários para a realização das atividades profissionais e são as instituições que determinam as demandas. Conseqüentemente,

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (IAMAMOTO, 2009. 8 e 9)

É nítido quão a condição de assalariado limita a ação profissional, porém, o assistente social mesmo vivenciando em seu cotidiano o conflito entre o que defende e o que a instituição demanda, deve direcionar suas atividades de acordo com compromisso assumido pela profissão, visando a ampliação dos direitos que os usuários buscam acessar através dos seus serviços. Na ação profissional os assistentes sociais precisam responder as demandas dos usuários, contudo, nem sempre as demandas estão explícitas, incumbindo o profissional de ter um olhar minucioso sobre a realidade dos usuários. Dessa forma os assistentes sociais utilizam instrumentos que colaboram na produção das respostas profissionais. Para Trindade (2012, p.70), os instrumentos são os meios de materializar o projeto ético político da profissional.

Na consecução dessas ações os profissionais utilizam instrumentos e procedimentos, materializando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social. No processo de escolha e utilização dos instrumentos e técnicas, os profissionais mobilizam um conjunto de atitudes e exercitam habilidades, [...], construindo-se elementos intermediários entre as ações e os instrumentos.

A desregulamentação estatal tem favorecido a acumulação do capital, pois o Estado tem adequado as leis (Constituição Federal de 1988, a trabalhista e etc.) às necessidades do capital. Nesse sentido, a flexibilização contratual é uma forma de intensificar a exploração da força de trabalho e perdas trabalhistas, como também manipular as atividades profissionais a favor do empregador. Três dentre os textos utilizados na pesquisa, citam as relações contratuais flexíveis como uma das várias formas

de precarizar o trabalho e que minimizam a possibilidade do profissional exercer a relativa autonomia profissional.

[...] algumas tendências que flexibilizam e precarizam o mercado de trabalho do assistente social, na atualidade, favorecem de alguma forma, para a redução das margens da relativa autonomia, sendo elas elencadas da seguinte maneira: Terceirização/Subcontratação; Pluriemprego e intensificação do trabalho; Desespecialização e desprofissionalização; A massificação do ensino superior em Serviço Social.[...] ao se terceirizar o serviço do assistente social, atinge-se negativamente o mercado de trabalho e colabora por flexibilizar os contratos. Além de criar diversas modalidades de contratação que minimizam a capacidade dos profissionais de se contrapor as questões institucionais e até mesmo, de questionar os objetivos, políticas e projetos institucionais, reduzindo, portanto, as margens da relativa autonomia profissional. (MAFFINI, 2015, p. 37e 39)

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, os serviços são realizados via instituições e sob o regime de assalariamento, isto é, há a sua monetarização e, por conseguinte, o estabelecimento de relações contratuais entre os agentes envolvidos na ação idêntica às trabalhistas. Tais relações contratuais, devido à monetização mencionada, exigem uma racionalidade que é própria do trabalho e difícil de ser obedecida no caso dos serviços, devido às suas propriedades, especialmente à sua natureza relacional. O serviço, no mundo capitalista, tende a ser medido e “cobrado” pelo mesmo parâmetro do trabalho produtivo industrial, olvidando-se que o primeiro tem uma racionalidade diferente e não se enquadra na racionalidade do processo produtivo das organizações industriais. (NOGUEIRA; TUMELERO, 2015, p.219)

[...] Muitos profissionais do Serviço Social se inserem nas instituições empregadoras como prestadores de serviços, não podendo usufruir, em muitas situações, dos direitos trabalhistas consolidados constitucionalmente. [...] A terceirização, por exemplo, fruto da reestruturação produtiva do capital, está presente no cotidiano de diversos assistentes sociais. (CRAVEIRO, 2015, p. 85)

Sobre a precarização e flexibilização do trabalho dos assistentes sociais, constata-se que, “[...] a rotatividade dos profissionais contratados temporariamente pelo governo ou através das organizações sociais elimina a possibilidade de produção de uma cultura no trabalho e partir do trabalho na oferta dos direitos de cidadania”. (TORRES ALENCAR; TEIXEIRA ALENCAR, 2015, p. 32). Como também afirma Iamamoto (1998, p. 123 e 124)

Os assistentes sociais funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contenção

salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos etc.

Ao flexibilizar o trabalho amplia-se a exploração do trabalhador, e conseqüentemente reduz-se a possibilidade do profissional adotar em seu exercício profissional uma postura mais qualificada e de acordo com os compromissos ético-políticos, devido à intensificação da jornada de trabalho e ao cumprimento de metas preestabelecidas pelo empregador, tornando algumas vezes o profissional apenas um executor de tarefas. Nos oitos textos pesquisados foram identificados quatro que, apontam a exploração do trabalho como um problema que restringe a concretização da relativa autonomia. “[...] o modelo de acumulação flexível tem reestruturado profundamente o mercado de trabalho, e que, a denominada revolução tecnológica tem implicado numa radical economia de trabalho vivo, elevando o índice de força de trabalho excedente”. (TRINDADE; LINS, 2015, p. 93),

Vivenciamos, na sociedade contemporânea, um contexto no qual ocorre o acirramento da exploração do trabalhador. (CRAVEIRO, 2015, p.80)

A intensificação do trabalho do assistente social está intimamente relacionada com as transformações em curso a partir da acumulação flexível, através da adoção de mecanismos de superexploração e extração de mais-valia. A intensificação nos serviços sociais prestados pelos assistentes sociais, aumenta a pressão em um trabalho que demanda esforço intelectual, investigativo, político e relacional entre o profissional, usuário e as instituições na busca pela defesa dos direitos sociais. (MAFFINI, 2015, p.41)

A intensificação da exploração em busca do aumento de produtividade expõe os trabalhadores às situações de polivalência, ao acúmulo de atividades e funções (concentração de atribuições), aos serviços terceirizados (assessorias e consultorias) e à incessante atualização de conhecimentos e informações, a fim de atender “novas e velhas” demandas institucionais. (DUARTE, 2010, p.71)

[...] “variáveis como intencionalidade, jornada, salário, índices de produtividade, metas e condições concretas de trabalho (IAMAMOTO, 2012) seriam definidas pelos empregadores, o que tencionaria, ou mesmo limitaria, as possibilidades de intervenção. [...]o aumento do controle externo baseado em critérios de racionalidade administrativa; o assalariamento; a submissão a critérios de produtividade. (FELIPPE, 20015, p. 18 e 20)”.

A precarização do trabalho é tanta que chega determinados momento que o profissional não tem possibilidade de responder as demandas dos usuários, seja por falta de recursos financeiros ou materiais, tornando-se difícil assegurar os direitos sociais dos usuários. Nas palavras de Alcoforado (2015, p. 63),

[...] os assistentes sociais vêm enfrentando o processo de precarização nos seus postos de trabalho, a direta e real exploração do capital sobre este trabalhador assalariado que, no exercício da administração e efetivação das políticas públicas, se percebe também precarizado, muitas vezes sem condições reais e operacionais de responder às demandas que lhe chegam.

Dentro do contexto de precarização trabalho, foi possível identificar nos textos a relação entre precarização dos contratos e o equivalente ao exército industrial de reservas, ou seja, a pressão sofrida em relação ao aumento do desemprego entre profissionais desta área.

[...] o profissional tende a conviver com a insegurança do trabalho pelo qual é proposto, sua atuação nos diferentes espaços sócio institucionais muitas vezes precarizadas tanto no ambiente como na forma de contratação, as inúmeras demandas fazendo assim a pressão pelo aumento da produtividade e resultados imediatos vem como pacote da instituição nessa contextualização. (CORRÊA FERREIRA, 2015, p. 26)

O clima de fragilidade e desconfiança no emprego é lugar comum em tempos modernos, impulsionado pelo desemprego estrutural, além do retrocesso nas ações sindicais, corroborando para o enfraquecimento da luta coletiva dos trabalhadores. O problema é que ocorre o distanciamento de soluções coletivas, e tem se observado o aumento da busca por soluções individuais. Este quadro favorece para separar, desqualificar e desorganizar a classe-dos-que-vivem-do-trabalho. (ANTUNES apud MAFFINI, p.27)

Podemos observar que o exército industrial de reserva é funcional para o sistema capitalista, pois a insegurança do desemprego rodeia os trabalhadores e isso diminui o seu poder de organização e reivindicação, na medida em que sabem que mesmo sendo precárias as condições de trabalho um enorme quantitativo de gente se dispõe a ocupar o seu lugar.

Na fase contemporânea do estágio imperialista o alto índice de desempregados tornou-se algo natural. Como abordam Netto e Braz (2012, p. 232);

[...] se, nos seus estágios anteriores, o desemprego oscilava entre “taxas aceitáveis” e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram que a crescente enormidade do exército industrial de reserva torna-se irreversível. [...] tratam de naturalizá-lo, como se não houvesse outra alternativa que a de conviver com ele.

Com um enorme exército industrial de reserva, uma das lutas dos trabalhadores passa a ser para se manter no trabalho e, para quem está fora do mercado de trabalho a luta é para se inserir. Isso exige uma qualificação cada vez maior e permanente dos profissionais, como também uma concorrência entre si. Esse clima de disputa tem gerado a necessidade da classe trabalhadora se profissionalizar e ingressar no ensino superior.

Sendo assim, a classe trabalhadora tem aderido aos cursos de curto prazo, como tentativa de se qualificar para o mercado que está muito exigente e competitivo. Esse contexto acaba por justificar a ampliação das ofertas precárias de cursos superiores e, no caso do Serviço Social, com grande penetração da modalidade Ensino a distância (EAD). Essa modalidade de ensino tem formado um grande quantitativo de profissionais em curto prazo e de forma qualitativamente questionável. Em função disso, dois dos oito textos utilizados na pesquisa bibliográfica, relatam a massificação da formação em serviço social, como um problema que afeta a autonomia profissional.

[...] a massificação da formação em Serviço Social influencia diretamente no aumento do número de profissionais no mercado de trabalho, tencionando a autonomia profissional devido ao clima de insegurança que esta seara proporciona, conseqüentemente reflete negativamente sobre a autonomia do profissional em se contrapor a questões institucionais devido ao medo e a insegurança proveniente do mercado de trabalho do Assistente Social. [...] a precarização da formação profissional reduz a autonomia relativa do assistente social uma vez que esta é atrelada a capacidade crítica/competente do profissional no seu exercício profissional. (MAFFINI, 2015, p.45 e 47)

[...] o que pode inviabilizar esta autonomia ou torná-la bastante reduzida é a precarização da formação profissional e do trabalho do Assistente social. (SIMÕES, 2012, p.24)

O problema da massificação da formação é a precária qualificação desses profissionais que estão sendo formados, pois é uma formação aligeirada, que compromete a qualidade do ensino teórico e tem pouco investimento em pesquisa entre outros problemas. Na modalidade EAD não há como os alunos participarem de grupos de pesquisa ou/e extensão, sendo esses necessários para que os alunos adquiram

conhecimentos que não são dados nas salas de aulas e vivenciem na prática a realidade da profissão. Podemos afirmar que não há o tripé teoria, pesquisa e extensão comprometendo a qualidade do ensino.

Dois dos oito textos utilizados na pesquisa bibliográfica, apontam a desregulamentação das políticas públicas como um dos agravantes da tensão das condições do exercício da autonomia.

A deresponsabilização do Estado no trato da questão social de forma universal e não-contratualista, a precarização/focalização/descentralização de suas atividades, bem como a filantropização e mercantilização das políticas públicas sociais. [...] precarização das políticas sociais e assistência estatal, em um nível marginal, a partir de um processo de focalização e deresponsabilização destinados ao “cidadão usuário” (parcela mais carentes da população. (SIMÕES, 2012, p. 19)

A precarização, principalmente da assistência social, política social não lucrativa para o capital, com a focalização associada à seletividade. (DUARTE, 2010, p.68)

Neste contexto de alterações políticas, sociais e econômicas, que está inserido os assistentes sociais. Período marcado por profundas transformações motivadas pela mundialização dos mercados e o ideário neoliberal, em que o Estado minimiza os investimentos na implementação das políticas sociais. Para Behring citada pelas por (TORRES ALENCAR; TEIXEIRA ALENCAR, 2015, p 19)

O quadro político e institucional que se desenha nos anos 90 [...], no Brasil, aprofunda as estratégias de subordinação dos processos de construção das diretrizes orçamentárias e de financiamentos das políticas públicas aos preceitos dos organismos multilaterais, agravando as condições de desenvolvimento de um campo de proteção social assentado em parâmetros efetivamente universalistas e redistributivos.

A redução do orçamento público para as políticas sociais tem representado um retrocesso nas conquistas da classe trabalhadora, concomitantemente um desafio para os assistentes sociais que tem as políticas sociais como campo de atuação, defendendo a universalização das políticas públicas, mas que no cotidiano profissional tem que lidar com uma política social seletiva e focalista, retirando a dimensão de direito dos serviços sociais.

O aumento da demanda e a escassez de verbas levam os profissionais a desempenhar a tarefa de selecionar aqueles que terão acesso ao serviço, através do levantamento de informações sobre a vida do usuário. Assim coloca-se uma contradição: ainda que os profissionais procurem socializar as informações na perspectiva da universalidade dos serviços sociais, na hora de repassar o recurso material sua ação se pauta num processo de seletividade dos serviços. (TRINDADE, 2012, p. 75)

Nesse cenário de reforma, ou melhor de contrarreforma estatal conforme já dissemos anteriormente, as políticas públicas estão cada vez mais focalizadas e seletivas. Sendo as políticas públicas (nos níveis de formulação, planejamento, execução e avaliação) âmbito de atuação profissional dos assistentes sociais, esses se veem sendo submetidos a grandes desafios para desenvolver suas atividades profissionais de acordo com o projeto ético político profissional. Com a atual conjuntura econômica, os governantes estão reduzindo os investimentos nas políticas sociais, o que está levando muitos dos profissionais de Serviço Social a procederem a afirmação objetiva da focalização em processos de seleção, muitas vezes baseados em critérios vexatórios de comprovação de pobreza já proibidos legalmente, quando de acordo com o projeto profissional, defendemos a universalização do acesso as políticas públicas. Isso reduz a possibilidade do profissional com seu grau de autonomia ampliar o acesso aos direitos da classe trabalhadora, acentuando a exclusão e desigualdade entre os usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assistente social é um profissional que legalmente tem a autonomia profissional assegurada por lei. Porém, por estar inserido na divisão sócio técnica do trabalho como um trabalhador assalariado, esse profissional fica subordinado às transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho desde a década de 1970 como reflexo da crise capitalista na sua fase monopolista, gerindo a tensão entre o projeto ético-político profissional e a direção que o mercado de trabalho demanda ao exercício profissional. Através da pesquisa foi possível analisar o debate teórico sobre a autonomia profissional no Brasil, confirmando as duas hipóteses levantadas na medida em que respondemos aos objetivos propostos.

No primeiro capítulo foi possível destacar o quanto o Serviço Social mudou da sua gênese até os dias atuais, como também a importância do rompimento com o conservadorismo. Assumindo o compromisso profissional em defesa da classe trabalhadora, a apropriação da teoria de Marx foi indispensável para que os assistentes sociais se tornassem profissionais críticos. Vale frisar que a perspectiva de ruptura não é homogênea, mas sim hegemônica no interior da categoria profissional.

Ainda nesse capítulo, destacamos a importância das lutas dos trabalhadores para o despertar dos assistentes sociais em relação à nova postura profissional, pois assistentes sociais “analisavam” os problemas microscopicamente, e a partir das lutas passaram a ter uma visão macroscópica dos acontecimentos. Através do rompimento com a neutralidade os profissionais constroem o que veio a se tornar, nos anos 1990, o chamado projeto ético político. Os assistentes sociais adquirem consciência da relativa autonomia profissional e começam a exercer a atividade profissional a favor da ampliação dos direitos sociais dos usuários, encontrando estratégias para ir de encontro aos interesses do capital. A partir dos dados obtidos nos textos pesquisados, confirmamos a hipótese de que *a concepção de autonomia que mais presentes na profissão a conceitua enquanto uma “autonomia relativa”*.

No segundo capítulo analisamos a crise capitalista recente para demonstrar que as transformações conjunturais oriundas desse processo como forma de superar a crise refletem diretamente no exercício profissional dos assistentes sociais agravando as expressões da questão social, exigindo respostas imediatas para demandas emergenciais que surgem nos diversos espaços sócio ocupacionais.

O ideário neoliberal dificulta a atuação profissional e limita ainda mais a relativa autonomia profissional, considerando o caráter seletivo e privatista das políticas públicas. Além disso, a condição de trabalhador assalariado também limita a autonomia profissional, pois o empregador é quem dita as necessidades sociais nas quais o assistente social irá atuar. Com base nos dados encontrados consideramos relativamente comprovada a hipótese de que *os problemas mais presentes no debate teórico sobre a autonomia no Serviço Social brasileiro estão relacionados às interferências na condução técnica e ética do exercício profissional agravados e/ou determinados pelas precárias condições de trabalho e de contratação.*

Mesmo nessas condições, é importante destacar que o assistente social tem ao seu alcance o código de ética, a lei que regulamenta a profissão e as normativas do conjunto CEFSS/CRESS que lhe asseguram bases legais para manutenção da autonomia profissional. Importante também enfatizar que uma boa qualificação profissional e continuada pode ser outro recurso para ampliar as margens de autonomia profissional, uma vez que possibilita compreender mais adequadamente as múltiplas facetas da questão social e as opções para a efetivação do projeto ético político da profissão em seu exercício profissional. Ou seja, a possibilidade de alargamento da relativa autonomia está na qualificação profissional e continuada dos assistentes sociais e, simultaneamente, nas lutas coletivas da categoria, articuladas à luta geral dos trabalhadores.

Destacamos, por fim, que a autonomia profissional ainda é pouco discutida dentro da vida acadêmica, apesar da importância de se encontrar mecanismos para sua efetivação na atual conjuntura. Esperamos que a presente pesquisa contribua para novos estudos sobre o tema no âmbito da graduação em Serviço Social da UFS.

## Referências

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão: Editora UFS, 1999.

ALCOFORADO, E. Serviço social, educação pública e a distância: um retrato da precarização do processo formativo. In: **I Jornada NE de Serviço Social: Serviço Social, trabalho, luta e resistência em tempos de barbárie**. Recife: Tarcísio Pereira editor, 2015.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 118, São Paulo: Cortez editora p. 239-264, abr./jun. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a03n118.pdf>>. Acesso em 07/03/2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS-CEAD/NED-UnB, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma intervenção histórica-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaio críticos**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. 2009

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 2001. Disponível em < [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf)>. Acesso em 07/03/2016.

MONTAÑO, C. E. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, P. S.; COELHO, J. A. S.; SILVA, E. N. **Transformações contemporâneas no mundo do trabalho: incidências no serviço social**. Disponível em < [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/patricia\\_Jocelina\\_Elaine\\_261.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/patricia_Jocelina_Elaine_261.pdf)>. Acesso em 07/03/2016.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceitualização 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.84, 2005.

\_\_\_\_\_. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, L. D. **Educação e Serviço social**: do confucionismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo, Xamã, 2008.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, S. S. de S. A política social brasileira na conjuntura da crise internacional. **Seguridade Social e Saúde**: tendências e desafios. Campina Grande: EDUEPB, – 2. ed. 2011.

TRINDADE, R. L. P. Ações profissionais, instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2012.

\_\_\_\_\_; LINS, M. A. T. **Assistente social trabalhador/a assalariado/a**: fundamentos teóricos e históricos para uma análise crítica. Maceió. EDUFAL. 2015

### Textos analisados na pesquisa bibliográfica:

CORRÊA, T. F. **A autonomia profissional do assistente social no instituto Guga Kuerten**. 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/156672/TCC%20%20TATIANA%20FERREIRA%20CORR%C3%8AA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

CRAVEIRO, A. V. **A relativa autonomia**: a questão do caráter de profissional liberal do assistente social. 2015. Disponível em <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2451784](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2451784)>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

DUARTE, J. L. do N. **Cotidiano profissional do assistente social**: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs. 2010.

Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7281/5241>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

FELIPPE, J. M. S. **Contribuições da sociologia das profissões para a reflexão sobre a autonomia e os monopólios interventivos do serviço social**. 2015. Disponível em <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1116/827>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

MAFFINI, M. B. **Transformações societárias e os rebatimentos na relativa autonomia do assistente social**. 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/156626/Maiana%20%20vers%C3%A3o%20entrega%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

NOGUEIRA, V. M. R. e TUMELERO, S. M. **A relativa autonomia do assistente social na implementação das políticas sociais: elementos explicativos**. 2015. Disponível em <[http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ\\_34\\_9\\_Nogueira\\_Tumelero.pdf](http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_34_9_Nogueira_Tumelero.pdf)>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

SIMÕES, N. L. H. **Autonomia Profissional X Trabalho Assalariado: exercício profissional do assistente social**. 2012. Disponível em <<http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/nanci.pdf>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

STEIL, J. **O Serviço Social na previdência social - a questão da autonomia profissional**, 2015. Disponível em <<http://docplayer.com.br/20700894-Universidade-federal-de-santa-catarina-centro-socioeconomico-departamento-de-servico-social-julianasteil.html>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

## APÊNDICE

### Fichamento Orientado

- 1- Discutir conceitualmente a autonomia no interior do projeto ético-político profissional.
- 2- Sinalizar os elementos da conjuntura atual apontados como agravantes e/ou determinantes dos problemas relevantes à autonomia profissional dos assistentes sociais.
- 3- Identificar os problemas enfrentados pelos assistentes sociais para a efetivação da autonomia profissional.